



Número: **0813702-72.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **21/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO DA CRUZ ROCHA (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10373 261	21/06/2020 20:59	Petição Inicial	Petição Inicial
10373 265	21/06/2020 20:59	02-Procuração e Documentos Probatorios do Processo	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10373 266	21/06/2020 20:59	03-Oficio 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10373 267	21/06/2020 20:59	04-Informações do Sinistro nº 3200-071486	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO



Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica
Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12.813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: João da Cruz Rocha		
Nacionalidade: Brasileira	Estado Civil: Solteiro	Profissão: Autônomo
RG nº: J.681.928-SSP/PI	CPF/MF nº: 733.671.143-15	
Endereço: Rua Raimundo Nilton Mesquita, nº 2637, bairro Alto Alegre, Cidade de Teresina/PI, CEP. 64009-500		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA	
Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)	
RG nº: 2.684.877 - SSP/PI	RG nº: 1.457.994-SSP/PI
CPF/MF nº: 023.365.163-22	CPF/MF nº: 703.754.703-44
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.	
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).	
<p>PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad - judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de Cobrança de Indenização de Seguro PRIVAT por Inutilidade Advindos por Acidente de Trânsito</p>	

Teresina - PI, 20 de Janeiro de 2020.

João da Cruz Rocha

-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)



#REDIBO CLASSIFICAR
1541167724



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

<u>João do Cruz Rocha</u>	
Brasileiro (a) <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro	Autônomo
RG nº: <u>J.681.928-98/PI</u>	CPF/MF nº: <u>733.671.173-15</u>
Endereço: <u>Rua Raimundo Nonato Mesquita, nº 2637, bairro Alto Alegre, Cidade de Teresina/PI, CEP: 64009-560</u>	
<p>DECLARA para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>	

Teresina-PI, ____ de ____ de 201__.

João do Cruz Rocha
(CPF ____ . ____ . ____ - ____)





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - TERESINA - PI



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 003333/2020

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 31/01/2020 14:13 Data/Hora Fim: 31/01/2020 14:21

Delegado de Polícia: Erika Mourao Melo de Aguiar

DADOS DA OCORRÊNCIA

Ato: Delegacia de Repressão Aos Crimes de Trânsito

Data/Hora do Fato: 11/11/2019 04:00

Local do Fato

Município: Teresina (PI)

Bairro: Parque Brasil

Logradouro: AV. CONQUISTA FRANCISCO NOGUEIRA

Tipo do Local: Via Pública

577638

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: AUTO LESÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOÃO DA CRUZ ROCHA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino Nasc: 16/05/1975 Idade: 44 anos
Naturalidade: PI - Alto Longá Profissão: Autônomo
Estado Civil: Casado(a)
Nome da Mãe: Dionizia Maria da Rocha

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 733.671.173-15

Endereço

Município: Teresina - PI

Logradouro: RUA RAIMUNDO NONATO MESQUITA

Bairro: ALTO ALEGRE

Nº: 2637

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
Descrição MOTO	CPF/CNPJ do Proprietário 733.671.173-15
Placa DEG9976	Renavam 00585211744
Número do Motor JC41E1D742683	Número do Chassi 9C2JC4110DR742683
Ano/Modelo Fabricação 2013/2013	Cor AMARELA
UF Veículo Piauí	Município Veículo Teresina
Marca/Modelo HONDA/CG 125 FAN KS	Modelo HONDA/CG 125 FAN KS
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade
Situação Meio Empregado	Última Atualização Denatran 23/04/2014
Situação do Veículo NADA CONSTA	

Nome Envolvido	Envolvimentos
João da Cruz Rocha	Proprietário

Delegado de Polícia Civil Erika Mourao Melo de Aguiar
Impresso por: Alminice Ribeiro Lebre Carlos
Data de Impressão: 31/01/2020 14:22
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - TERESINA - PI

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 003333/2020

RELATO/HISTÓRICO

RELATA A VITIMA QUE CONDUZIA SUA MOTO EM ENDEREÇO CITADO, QUANDO UM ANIMAL PASSOU NA FRENTE DE SUA MOTO, ONDE O MESMO CAIU E FOI LESIONADO, SOCORRIDO POR TERCEIRO, ENCAMINHADO PARA O HOSPITAL DO BUENOS AIRES, HUT, HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR, FATO TESTEMUNHADO POR YGERLAN COSTA DA SILVA, CPF 070083023-55. DECLARAÇÕES PRESTADA PELA VITIMA.

ASSINATURAS

Almiralce Ribeiro Lebre Carlos

escrivão
Matrícula 0087616

Responsável pelo Atendimento

João da Cruz Rocha

João da Cruz Rocha

(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima apresentadas e declaro que posso responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúncia Caluniosa e 350-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado da Polícia Civil: Erika Moura Melo da Aguiar
Impresso por: Almiralce Ribeiro Lebre Carlos
Data de Impressão: 31/01/2020 14:22
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



**HOSPITAL GERAL DO BUENOS AIRES**

Rua Miguel Alves S/N Buenos Aires - Fone: 86 3215-9176
TERESINA-PI CEP: 64000-000 CNPJ: 17.577.205/0001-37

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

Imp: 11/11/2019 04:48:00

(User: GIMMA)

(Estação: GERENCIADOR)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: JOAO DA CRUZ ROCHA		Prontuário: 19196
Mãe: DIONISIA MARIA DA ROCHA		Pai: PEDRO B. DA ROCHA
End.Resid.: RUA RAIMUNDO NONATO MESQUITA 2637 - ALTO ALEGRE - TERESINA - PI - CEP: -		
Nascimento: 16/05/1975	Idade: 44a5m26d	Sexo: Masculino Fone: 86-8892-0978
Responsável: O PRÓPRIO	CNS: 898002345618576	
Profissão: COMERCIANTE	Documento: Reg.Nasc:	
G. Instrução: Fundamental Incompleto	E.Civil: Casado(a)	

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 205603	Entrada: 11/11/2019 04:47:13	Convênio: SUS	Proced:
Motivo da Procura (Conforme Paciente/Acomp): QUEDA DE MOTO			
Condução: NÃO INFORMADO			

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação:	Classificação:	Cor: Indefinido
Breve História Clas. Risco:		

SSVV:

(Hora: ____:____)

Peso:	Kg	Altura:	M	IMC:	Kg/m2	Pulso:	bpm	Pressão:	mmHg
-------	----	---------	---	------	-------	--------	-----	----------	------

Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:

- Paciente vítima de queda de moto
- Refere dor intensa

Terese Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matrícula: 059234
SAMEX-HUT
Confere com Original

Diagnóstico Inicial:

CID:

Exames Complementares:

- Rx de Lombar + Rx de ombros

Prescrição Médica:

① Dipirona, 1 ampola, EV, agora
② Voltaren, 1 ampola, IM, agora

DATA 11/11/19 HORA 04:51
TÉCNICO: Cleide

Motivo da Alta/Encerramento:

DATA: / /

HORA: : :

Assinatura Paciente ou Responsável





Prefeitura Municipal de Teresina
Secretaria Municipal de Saúde

CENTRAL DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR COMPROVANTE DE REGULAÇÃO

AUTORIZAÇÃO: 829951920	Nº REGULAÇÃO: 100109	TIPO: AVALIAÇÃO CLÍNICA EM HOSPITAL
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: 2679647 - UNIDADE MISTA DE SAÚDE D ANTONIO PEDREIRA DE A MARTINS - BUENOS AIRES		
ESTABELECIMENTO REFERENCIADO: 5828856 - HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT		
LEITO: ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA		
PACIENTE: JOAO DA CRUZ ROCHA		NASCIMENTO: 16/05/1975

DADOS CLÍNICOS

HISTÓRIA CLÍNICA:

11/11/2019 05:31:37 PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO APRESENTANDO AO RAO X DE OMBRO ESQUERDO FRATURAS EM CLAVÍCULA - DUAS E EM ESCÁPULA - UMA.

PROVAS DIAGNÓSTICAS:

EXAMES SOLICITADOS:

RX DE TX E OMBRO ESQ

DIAGNÓSTICO(CID): FRATURA DA CINTURA ESCAPULAR PARTE NAO ESPECIFICADA

COMORBIDADE:

PRESSÃO ARTERIAL: 120x70(mmHg) **FREQ. CARDÍACA:** 82bpm **SATURAÇÃO:** 98% **FREQ. RESPIRATÓRIA:** 15rpm

GLICEMIA: 92mg/dL **NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:** 15 **USO DE O2:**

USO DROGAS VASOATIVAS:

USO ANTIBIÓTICOS:

USO DE OUTRAS MEDICAÇÕES:

DATA: 11/11/2019 06:01:52


MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO / CARIMBO

Dr. Jose Francisco Procedomio da Silva
CRM/RN: 4115

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matrícula: 050234
SAMB - HUT
Confere em Original





**HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA**

NOME DO PACIENTE: Spão da Cruz Rocha

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 162.524

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matrícula: 056234
SAME - HUT
Conferência com Original





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 - Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

ORTOPEDIA
NEURO
LOCK!

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

DADOS DO PACIENTE:

Imp: 11/11/2019 09:02:10

User: GILBERTO

(Estação: CONSULPA03)

Nome:	JOAO DA CRUZ ROCHA	Prontuário:	162524
Mãe:	DIONIZIA MARIA DA ROCHA	Pai:	PEDRO PAULO DA ROCHA
End.Resid.:	RUA NONATO MESQUITA, 2637 - ALTO ALEGRE - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento:	16/05/1975	Idade:	44a5m26d
Sexo:	Masculino	Fone:	86-98892-0978
Responsável:	O MESMO	CNS:	898002345618576
Profissão:	COMERCIANTE	Documento:	RG: 1681928 - PI
G. Instrução:	Fundamental Completo	E.Civil:	Casado(a)

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	751179	Entrada:	11/11/2019 08:48:06	Convênio:	S U S	Proced:	0301060029
Motivo da Procura	(Conforme Paciente/Acomp): ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)						
Condução:	AMBULÂNCIA QUALQUER (DESTA CIDADE)						

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação:	Classificação:	Cor:
TRAUMA MAIOR	Mecanismo do trauma significativo	Laranja
Breve História Clas. Risco:	SABRINA LORAN C. MAIA DE SOUSA COREN - 207590 Em: 11/11/2019 08:53:59	
PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA, EM USO DE CAPACETE, SOC:15. REFERE DOR EM OMBRO ESQUERDO E REGIÃO TÓRACICA. DESCONHECE ALERGIA MEDICAMENTOSA. MÚLTIPLAS ESCORIAÇÕES. ENCAMINHADO DO HOSPITAL DO BOENOS AIRES.		

SSVV:	(Hora: ____ : ____)								
Peso:	0,00 Kg	Altura:	0,00 M	IMC:	0,00 Kg/m2	Pulso:	bmp	Pressão:	mmHg

Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:

PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTA HÁ APROXIMADAMENTE 4 HORAS, COM USO DE CAPACETE, INGESTA ALCOOLICA, CONSCIENTE, ORIENTADO, SONOLENTO, FÁSICO E EUPNEICO. REFERE DOR EM CLAVÍCULA E TORAX ESQUERDOS.

A) VIAS AERIAS PERVIAS, FÁSICA SEM COLAR CERVICAL E FRANCHA RÍGIDA

B) MURMÚRIO VESICULAR PRESENTE BILATERALMENTE;

C) RNF, RR, 2T; ABDOME FLÁCIDO, PÉLVE ESTÁVEL;

D) PUPILAS ISOCÓRICAS E POUCO FOTÓCORREAGENTES.

E) ESCORIAÇÕES EM OMBRO, ANTEBRAÇO ESQUERDOS E FLANCO ESQUERDO

TOMOGRAFIA REALIZADA

DATA 11/11/2019 09:00:02
EXAME: Crânio
TÉCNICA: Local

Diagnóstico Inicial: ?
CID: 86

Exames Complementares:

(1357991) - OMBRO ESQUERDO
(1357992) - CLAVÍCULA ESQUERDA
(1357993) - TORAX PA

Prescrição Médica:

Solicito TC de crânio.

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matrícula: 059234
SAME HUT
Contato: 010 Original

ULTRASSONOGRAFIA REALIZADA
DATA 11/11/2019 10:00:05
EXAME: 4.3.001.003
MÉDICO: Dr. Marcelo Ribeiro

Motivo da Alta/Encerramento:

Observação (Adulto)

DATA:

Dr. Marcelo Ribeiro
Médico Chefe Geral
CRM: 147591/8566/MA

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 21/06/2020 20:59:03

ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE BRITO
CRM: 11/11/2019 09:02:07

FICHA DE ADMISSÃO



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Prontuario:

162524

Internação:

251551

Nome: JOAO DA CRUZ ROCHA				
End. Resid.: RUA NONATO MESQUITA, 2637 - ALTO ALEGRE				
Cidade: TERESINA - PI			CEP: 64000-010	
Sexo: Masculino	Nascimento: 16/05/1975	Idade: 44a5m26d	Estado Civil: Casado(a)	Profissão: COMERCIANTE
Admissão: 28/10/2011	G.Instrução: Fundamental	Fone: 86-98892-0978	Cartão SUS (CNS): 898002345618576	Procedência: TERESINA
Pai: PEDRO PAULO DA ROCHA				
Mãe: DIONIZIA MARIA DA ROCHA				
Cônjuge:				
Responsável:				
End.Responsável: -				
Documento: RG: 1681928 - PI				
Internou-se neste Hospital: () Sim () Não Internou Noutros Hospitais () Sim () Não				

História Clínica: (Registre as palavras do doente e todos os achados de exames a que foi submetido)

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE COM TRAUMA NO OMBRO DIREITO
DOR EDEMA LOCAL E IMPOTENCIA FUNCIONAL
RX FRATURA CLAVICULA E ESCAPULA OMBRO FLUTUANTE

DIAGNÓSTICO:

Provisório: Fratura da clavícula	C I D: S420
Principal:	C I D:
Intercorrência:	
Sintomas e Sinais Principais:	Causa Mortis:
Hist.Patológico:	

TRATAMENTO:

TIPO:	TERAPEUTICA MÉDICA:	OPERAÇÃO:	EFICÁCIA:
() Nenhum		Principal:	() Eficaz
() Médico			() Ineficaz
() Cirúrgico		Acessoria:	() Prejudicial
() Méd.Cirug.			() Não Avaliado

DURAÇÃO:

Data Internação:	Hora:	Data Alta:	Hora:	Data Hospitalização:
ALTA SAÍDA:		TRANSFERÊNCIA:	ÓBITO:	
() Curado	() A Pedido	() Por Indisciplina	() Tisiologia	() <48 h, estado agônico ou pré-agônico
() Melhorado	() Int.P/Diagnóstico	() Evasão	() Psiquiatria	() <48 h, SEM estado agônico ou pré-ag
() Inalterado	() Decisão Médica	() P.Ambulatório	() Outros	() Após 48 horas de Internação

Em: 11/11/2019

Ass. Médico





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina
Secretaria Municipal de Saúde - FMS

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Solicitação de Transferência

Ficha para Solicitação de Regulação/Transferência

Especialidade Requerida: ORTOPEDISTA		Nº Cartão SUS: 898002345618576	
Nome do paciente JOAO DA CRUZ ROCHA (Prontuário: 162524)		Raça/Cor:	
Nascimento: 16/05/1975	Idade: 44a5m27d	Sexo: Masculino	RG/CPF: RG: 1681926 - PI
Nome da Mãe: DIONIZIA MARIA DA ROCHA			
Endereço: RUA NONATO MESQUITA, 2637		Bairro: ALTO ALEGRE	
Complemento:	CEP: 64000-010	Município: TERESINA	UF: PI
		Fones: 86-99892-0978	

Sinais Vitais:	PA:	Saturação:	Glicemia:	Temper:	FC:	FR:	Uso O2	Niv. Consc.	Clas. Risco:
CID: s420	120/70	100	80	37.	74	18	Não	15	Urgente

Quadro Clínico:

Acidente de moto com trauma em ombro D. Dor e limitação funcional de MSD

Exames/Resultados:

Rx de ombro D com fratura de clavícula D

Diagnóstico Complementar:

Fratura de Clavícula D

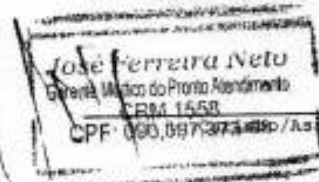
Tratamento Realizado:

Imobilização.

Motivo Transferência:

HUT superlotado.

Data Sol.: 12/11/2019 08:48:37



Teresa Raquel Pereira de Sousa Lapes
Matriculada: 059234
SAMEX HUT
Confere com Original



2019

Comprovante de solicitação de transporte

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE DE PACIENTE

Eu _____, RG _____, responsável circunstancial pelo (a) Paciente: JOAO DA CRUZ ROCHA, Nascimento: 16/05/1975. ID de Regulação Autorizado: 100109, autorizo a CENTRAL DE REGULACAO DE TERESINA - Transporte, para realizar o transporte do referido paciente.

Motivo do Chamado:

AVALIACAO CLINICA/EXAME - HOSPITAL

Estabelecimento de Origem:

UNIDADE MISTA DE SAUDE D ANTONIO PEDREIRA DE A MARTINS - BUENOS AIRES

Estabelecimento de Destino:

HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT

Assinatura do responsável

Testemunha:

RG:

Médico responsável:

Dr. Aderson Moura
Gastroenterologia e Hepatologia
Cirurgia Ambulatorial e Endoscopia
CRM-Pis 4115

CRM:

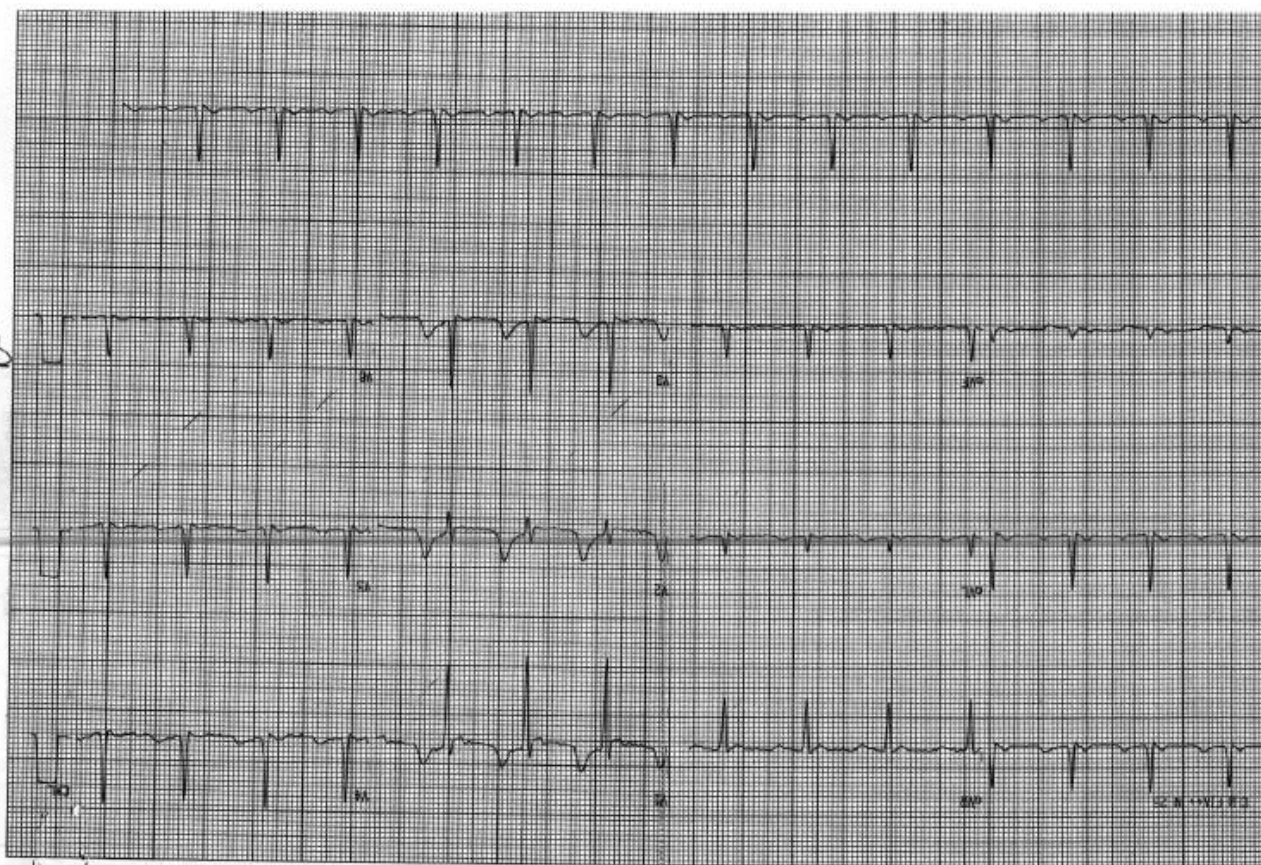
4115

Data/Hora Solicitada: 11/11/2019 06:31:16

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matriculas: 059234
SAME - HUT
Confere com Original



Teresa Rangel Pereira da Silva Lopes
Matrícula: 050234
SAMS - HUT
Confirmação Original



45:02 Extra

45 12-11-19
Dr. J. B. O. S. 1975
Dr. da Cruz Rocha



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇAS DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Nº LAUDO: 260999
	AIH: 2219102362059

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES
HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	CNES
HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE	NASCIMENTO	PRONTUÁRIO	SEXO
898002345618576	JOAO DA CRUZ ROCHA	16/05/1975	162324	M
DOCUMENTO	TELEFONE	NOME DA MÃE	RESPONSÁVEL	
	86948920978	DIONEZIA MARIA DA ROCHA	MARINETE GOMES	
CEP	ENDEREÇO (LOGRADOURO)			NUMERO / LOTE
64009560	RUA RAIMUNDO NONATO MESQUITA			2637
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO	UF	
ALTO ALEGRE		TERESINA	PI	

PROCEDIMENTO PRINCIPAL

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	CÓD. PROCEDIMENTO PRINCIPAL
TRATAMENTO DE TRAUMATISMOS DE LOCALIZAÇÃO ESPECIFICADA NÃO ESPECIFICADA	0308010019

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR	CÓDIGO		
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA CLAVICULA	0408010150		
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA	CÓDIGO		
TRATAMENTO DE TRAUMATISMOS DE LOCALIZAÇÃO ESPECIFICADA NÃO ESPECIFICADA	0308010019		
DIAGNÓSTICO INICIAL	CID 10 PRINCIPAL	CID 10 SECUNDARIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
FERIMENTO DO MEMBRO SUPERIOR NIVEL NAO ESPECIFICADO	T111		

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE COM TRAUMA NO OMBRO DIREITO DOB EDEMA LOCAL E IMPOTENCIA FUNCIONAL RX FRATURA CLAVICULA E ESCAPULA OMBRO FLUTUANTE

PROFISSIONAL SOLICITANTE

NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)
MARCOS AURELIO PEREIRA DE ARAUJO VARANDA	
CNS SOLICITANTE	DATA SOLICITAÇÃO
201560410270004	22/11/2019

AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)	
FABIENNE CAMILO DA SILVEIRA PIRAJA		
CNS AUTORIZADOR	ORGÃO EMISSOR	DATA AUTORIZAÇÃO
98001600327787		22/11/2019 09:38:08

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matrícula: 059234
SAMEA HUT
Confere com Original





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação: 251551
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: JOAO DA CRUZ ROCHA	6 - Prontuário: 162524		
7-CNS: 898002345618576	8-Nascimento: 16/05/1975	9-Sexo: Masculino	RG: 1681928 - PI
11-Mãe: DIONIZIA MARIA DA ROCHA	12-Fone: 86-98892-0978		
13-Resp: (O MESMO)	14-Cor: Sem Informação		
15-Ende: RUA NONATO MESQUITA, 2637 - ALTO ALEGRE - CEP: 64000-010	17-Cod.IBGE: 221100	18-UF: PI	19-CEP: 64000-010
16-Munic: TERESINA			

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos: PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE COM TRAUMA NO OMBRO DIREITO DOR EDEMA LOCAL E IMPOTENCIA FUNCIONAL RX FRATURA CLAVICULA E ESCAPULA OMBRO FLUTUANTE	Tereza Raquel Pereira de Sousa Lopes Matrícula: 058234 SAME HUT Confere com Original
--	---

21 - Condições que justificam a internação: TRATAMENTO CIRURGICO
--

22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados): EXAME CLINICO E RX
--

23-Diagnóstico Inicial: Fratura da clavícula	24-CID Prim: S420	25-CID Sec.: 	26-CID C.Ass.:
--	--------------------------	----------------------	------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: 0408010150	27-Procedimento Solicitado: TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA CLAVICULA	Tempo SUS: 2	
29-Clinica: 02	30-Caráter: Ident.: 01	31-Docum.: CPF	32-Doc. Méd. Solic.: 776.327.023-34
33-Nome Profissional Solicitante/Assistente: CAIO VAZ DE OLIVEIRA NETO	34-Data Solicitação: 11/11/2019	35-Ass.Carimbo Med.Sol.(CRM): Dr. Caio Vaz de Oliveira Neto Médico Ortopedista CRM-PI 3054 / RQE 2425	

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- () Acidente de Trânsito	39-CNPJ Seguradora:	40-No.Bilhete:	41-Série:
37- () Acidente Trabalho Típico	42-CNPJ Empresa:	43-CNAE Empresa:	44-CBOR:
38- () Acidente Trabalho Trajeto			
45 - Vínculo com a Previdência: () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado			

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização:	50-Ass.Carimbo (Rg.Conselho):
48-Documento: () CNES () CPF	49-Num. Documento:	Usuário: CAIO VAZ Consulta Local: 751179
- Assinatura Paciente ou Responsável:		



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR	Nº LAUDO: 260999
	AIH: 2219102362059

FORMA DE ENTRADA: PRÓPRIO ESTABELECIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS 898002345618576	NOME DO PACIENTE JOAO DA CRUZ ROCHA	NASCIMENTO 16/05/1975	SEXO M	PRONTUÁRIO 162524
DOCUMENTO CPF 85988920978	TELEFONE 85988920978	NOME DA MÃE DIONIZIA MARIA DA ROCHA	RESPONSÁVEL MARINETE GOMES	
CEP 64009560	ENDEREÇO - LOGRADOURO RUA RAIMUNDO NONATO MESQUITA	NUMERO / LOTE 2637		
BAIRRO ALTO ALEGRE	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE COM TRAUMA NO OMBRO DIREITADOR EDSMA LOCAL E IMPOTENCIA FUNCIONALRX FRATURA CLAVICULA E ESCAPULA OMBRO FLUTUANTE

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

TRATAMENTO CIRURGICO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS(RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

EXAME CLINICO E RX

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL S420 - FRATURA DA CLAVICULA	CID 10 SECUNDARIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
--	--------------------------	---------------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

0408010150 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA CLAVICULA

LEITO/CLÍNICA

ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO))

CARÁTER

URGENCIA

DATA SOLICITAÇÃO

11/11/2019

CAIO VAZ DE OLIVEIRA NETO

CPF: 79632702334

CRM:

DATA ADMISSÃO

11/11/2019 08:48

DATA ALTA

15/11/2019 12:00

MOTIVO ALTA

TRANSFERENCIA PARA OUTRO ESTABELECIMENTO

CAUSAS EXTERNAS(ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR	NATUREZA DA LESÃO

AUTORIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))	NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA
TANIA MORAES AREA LEAO CPF: 4786139033	
CRM:	DATA ANALISE: 11/11/2019 11:28:00
CPF:	CRM:
DATA ANALISE:	

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:

Teresinha Regina Pereira de Sousa Lopes
Metrômetro: 059234
SAMZ - HUT
Conferido em Original



LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE:
REGISTRO DE ALTA

HOSPITAL: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
PACIENTE: João de Cruz Roche Nº PRONT.: 162524 Nº LAUDO: 251551

- ☐ ALTA HOSPITALAR
- ☐ PERMANÊNCIA POR REOPERAÇÃO
- ☐ PERMANÊNCIA POR MUDANÇA DE PROCEDIMENTO
- ☐ PERMANÊNCIA POR INTERCORRÊNCIA
- ☐ PERMANÊNCIA POR PROCESSO DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS
- ☐ DOADOR MORTO
- ☐ PRESCRIÇÃO EXTRAVIADA
- ☒ TRANSFERÊNCIA
- ☐ EVASÃO
- ☐ ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO

DATA: 15.11.19

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matrícula: 009234
SAMES - HUT
Confere Original


Sérgio Leal Teófilo
CRM - 31331
Diretor Técnico - HUT

ASSINATURA DO MÉDICO

AUDITOR

DATA:

ASSINATURA DO AUDITOR





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

PRESCRIÇÃO MÉDICA No.: 75970 - Em: (15/11/2019)

Identificação:	Prontuário:	Paciente:	Dt. Nasc.:	Clínica:	Enfermaria:	Leito:	Médico Assistente:		
251551	162524	JOAO DA CRUZ ROCHA	16/05/1975	POSTO 2	SUPLEMENTAR	EXTRA 02	JOSE FERREIRA NETO		
Relação:	Estável hemodinamicamente.			Alergias:	Diagnóstico/Comorbidades:				
Hora:	06:50			Nega	4a... Clavícula D				
Seq.:	Descrição-Apresentação/Observação:	Dose:	Unid.:	Via:	Int.:	Recons:	Dil. Vol.:	Horários:	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM:
1	GLICOSE 5%, INJ. 500ML - "SÓCO GLICOSEADO"	1,00	Frasco	EV	6/6h				14:11h Pat. referindo dor, administrado Dipirona ev. Dose 07/07/14
2	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML, INJ. 2ML.	1,00	Ampola	EV	6/6h		AD	14:11	
3	TRAMADOL 100MG/2ML INJETÁVEL EM 100ml 80% 2% 80%	1,00	Ampola	EV	8/8h		SF 0,5%		
4	PANITIDINA 25MG/ML, INJ. C/2ML.	1,00	Ampola	EV	12/12h				

Observações Gerais:

Aguarda EPM

José Ferreira Neto
CRM: 1558
Pediatra

18 Transfusão
Pac KPM

Teresa Dantas / Jureia da Silva Lopes
Márcio José 058234
SAVAT - HUT
Confirmação Original

2019 06:57:56

JOSE FERREIRA



EVOLUÇÃO / ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM
ESCALAS DE AVALIAÇÃO DE RISCO



João da Cruz Rocha

PRONTUÁRIO: IDADE: ENFERMARIA/LEITO:

RAU DE DEPENDÊNCIA DE CUIDADOS: () MÍNIMOS () INTERMEDIÁRIOS () SEMI-INTENSIVOS () INTENSIVOS

DATA: 15/11/19

SINAIS VITAIS						ENTRADAS			SAÍDAS																																															
A	T	P	R	PA	SAT. O ₂	GLIC. CAP.	HV	HEMO	SONDA/ ORAL	DIURESE	DRENO																																													
		99		148																																																				
<p>ALA DE BRADEN:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>ITEM</th> <th>PONTOS</th> <th>CONTROLE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>RECEPÇÃO SENSORIAL (Limitação): semel/ 2-Muito/ 3-Levemente/ 4-Nenhuma</td> <td>4</td> <td rowspan="2">ALTO RISCO AR: <12</td> </tr> <tr> <td>MOBILIDADE (Limitação): semel/ 2-Muito/ 3-ocasionalmente/ 4-Nenhuma</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>ATIVIDADE (Limitação): ado/ 2-Cadeira rodas/ 3-Anda/Ocasionalmente/ 4-Nenhuma</td> <td>3</td> <td>MEDIO RISCO MR: 12 a 14</td> </tr> <tr> <td>ALIMENTAÇÃO (Limitação): semel/ 2-Muito/ 3-Levemente/ 4-Nenhuma</td> <td>4</td> <td rowspan="2">BAIXO RISCO BR: > 14</td> </tr> <tr> <td>INUTRIÇÃO: semel/ 2-Inadequada/ 3-Adequada/ 4-Excelente</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>INCONTINÊNCIA E CIRCULAMENTO: semel/ 2-Problema Potencial/ 3-Nenhuma/ 4-Problema</td> <td>3</td> <td rowspan="2">CLASSE RISCO BR: > 14</td> </tr> <tr> <td>INCONTINÊNCIA:</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td colspan="2">TOTAL</td> <td>21</td> </tr> </tbody> </table> <p>ALA DE MORSE - RISCO DE QUEDA:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>ITEM</th> <th>PONTOS</th> <th>CONTROLE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>FÓRICO DE QUEDAS: SIM - 25 / NÃO - 0</td> <td>0</td> <td rowspan="2">SEM RISCO SR: 8-24</td> </tr> <tr> <td>GNÓSTICO SECUNDÁRIO: SIM - 15 / NÃO - 0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>GLIO NA DEAMBULAÇÃO: eno/ Parede - 30 / Muletas/ Bergalini/ Andador - 15 / Nenhum/ Acamado/ Auxílio/ Profissional/ Saúde - 0</td> <td>0</td> <td rowspan="2">BAIXO RISCO BR: 25-60</td> </tr> <tr> <td>APMA ENDOVENOSA: SIM - 20 NÃO - 0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>ICHA: conversa / combalente - 30 / Fraco - 15 / Normal / Sem deambulação, acamado, cadeira de rodas - 0</td> <td>0</td> <td rowspan="2">ALTO RISCO AR: > 61</td> </tr> <tr> <td>ADO MENTAL: inibição - 15 / Orientado / Capaz quanto a sua capacidade / Limitação - 0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td colspan="2">TOTAL</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table> <p>CLASSE RISCO: SR.</p>												ITEM	PONTOS	CONTROLE	RECEPÇÃO SENSORIAL (Limitação): semel/ 2-Muito/ 3-Levemente/ 4-Nenhuma	4	ALTO RISCO AR: <12	MOBILIDADE (Limitação): semel/ 2-Muito/ 3-ocasionalmente/ 4-Nenhuma	4	ATIVIDADE (Limitação): ado/ 2-Cadeira rodas/ 3-Anda/Ocasionalmente/ 4-Nenhuma	3	MEDIO RISCO MR: 12 a 14	ALIMENTAÇÃO (Limitação): semel/ 2-Muito/ 3-Levemente/ 4-Nenhuma	4	BAIXO RISCO BR: > 14	INUTRIÇÃO: semel/ 2-Inadequada/ 3-Adequada/ 4-Excelente	3	INCONTINÊNCIA E CIRCULAMENTO: semel/ 2-Problema Potencial/ 3-Nenhuma/ 4-Problema	3	CLASSE RISCO BR: > 14	INCONTINÊNCIA:	2	TOTAL		21	ITEM	PONTOS	CONTROLE	FÓRICO DE QUEDAS: SIM - 25 / NÃO - 0	0	SEM RISCO SR: 8-24	GNÓSTICO SECUNDÁRIO: SIM - 15 / NÃO - 0	0	GLIO NA DEAMBULAÇÃO: eno/ Parede - 30 / Muletas/ Bergalini/ Andador - 15 / Nenhum/ Acamado/ Auxílio/ Profissional/ Saúde - 0	0	BAIXO RISCO BR: 25-60	APMA ENDOVENOSA: SIM - 20 NÃO - 0	0	ICHA: conversa / combalente - 30 / Fraco - 15 / Normal / Sem deambulação, acamado, cadeira de rodas - 0	0	ALTO RISCO AR: > 61	ADO MENTAL: inibição - 15 / Orientado / Capaz quanto a sua capacidade / Limitação - 0	0	TOTAL		0
ITEM	PONTOS	CONTROLE																																																						
RECEPÇÃO SENSORIAL (Limitação): semel/ 2-Muito/ 3-Levemente/ 4-Nenhuma	4	ALTO RISCO AR: <12																																																						
MOBILIDADE (Limitação): semel/ 2-Muito/ 3-ocasionalmente/ 4-Nenhuma	4																																																							
ATIVIDADE (Limitação): ado/ 2-Cadeira rodas/ 3-Anda/Ocasionalmente/ 4-Nenhuma	3	MEDIO RISCO MR: 12 a 14																																																						
ALIMENTAÇÃO (Limitação): semel/ 2-Muito/ 3-Levemente/ 4-Nenhuma	4	BAIXO RISCO BR: > 14																																																						
INUTRIÇÃO: semel/ 2-Inadequada/ 3-Adequada/ 4-Excelente	3																																																							
INCONTINÊNCIA E CIRCULAMENTO: semel/ 2-Problema Potencial/ 3-Nenhuma/ 4-Problema	3	CLASSE RISCO BR: > 14																																																						
INCONTINÊNCIA:	2																																																							
TOTAL		21																																																						
ITEM	PONTOS	CONTROLE																																																						
FÓRICO DE QUEDAS: SIM - 25 / NÃO - 0	0	SEM RISCO SR: 8-24																																																						
GNÓSTICO SECUNDÁRIO: SIM - 15 / NÃO - 0	0																																																							
GLIO NA DEAMBULAÇÃO: eno/ Parede - 30 / Muletas/ Bergalini/ Andador - 15 / Nenhum/ Acamado/ Auxílio/ Profissional/ Saúde - 0	0	BAIXO RISCO BR: 25-60																																																						
APMA ENDOVENOSA: SIM - 20 NÃO - 0	0																																																							
ICHA: conversa / combalente - 30 / Fraco - 15 / Normal / Sem deambulação, acamado, cadeira de rodas - 0	0	ALTO RISCO AR: > 61																																																						
ADO MENTAL: inibição - 15 / Orientado / Capaz quanto a sua capacidade / Limitação - 0	0																																																							
TOTAL		0																																																						

EVOLUÇÃO / ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

1. Estado Mental: (X) Consciente () Orientado () Torporoso Glasgow:

2. Locomoção: (X) Ambula () Acamado () Restrito ao leito por orientação () Parêstesia () Plegia () Hemiparesia () Déficit Motor

3. Respiração: (X) Eupnéico () Dispneico () Taquipnéico () TQT () Sem O₂ () Como:

4. Sistema Cardiovascular: () BNR () BNF () 2T () Normocárdico () Taquicárdico () Bradicárdico () Outros:

5. Dieta: (X) VO () SNE/SNG () SOE/SOG () GTT () NPT () Dieta zero () Boa aceitação () Aceita Parcialmente () Não aceita ()

6. Abdômen: (X) Plano () Globoso () Distendido () Flácido () Rígido/Tenso () Timpânico () Doloroso () Indolor () Outros:

7. Pele e mucosas: (X) Normocorado () Hipocorado () Ictérico () Integra () Edema/Anasarca () Hidratado () Lesões Bolhosas () Escoriações () LPPs

8. Hidratação: () AVP (X) MS () AVC () Outros:

9. Drenos: () Suctor () Torácico () DVE () Kher () Penrose () Outros:

10. Diurese: (X) Espontânea () Dispositivo Urinário () SVD () Anúria () Normal () Reduzida () Hematúria () Outros:

11. Evacuações: (X) Presentes () Constipado dias () Diarréia () Melena () Colostomia () Ileostomia () Outros:

12. Alergias: (X) Não () Sim- Quais:

15:16h Def. transferido p/ HPM

1ª Enfermeira de Conselho e Sítio
Enfermeira
COREN: 149472

1ª Enfermeira de Conselho e Sítio
Enfermeira
COREN: 149472





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA (HUT)
Rua Dr. Otto Tito 1020 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

PRESCRIÇÃO Nº: 75864 - Em: (14/11/2019)

Identificação:	Fronteiriço:	Paciente:	Dt. Nasc.:	Clínica:	Enfermaria:	Leito:	Médico Assistente:			
251151	142524	JOAO DA CRUZ ROCHA	16/05/1975	POSTO 2	SUPLEMENTAR	EXTRA 02	JOSE FERREIRA NETO			
Coloção:	Estável hemodinamicamente.		Alergias:		Diagnóstico/Comorbidades:					
Hora:			Nega		44a... Clavícula D					
07:00										
eq.:	Descrição-Apresentação/Observação:		Dose:	Unid.:	Via:	Int.:	Recons:	Dil. Vol.:	Horarios:	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM:
Letra	ORAL Tipo LIVRE, <i>Group 4318</i>									18h - Realizado novo
1	GLICOSE 5%, INJ. 500ML - "SORO GLICOSADO"		1,00	Frasco	EV	6/6h				ANP com glicose no 20
2	DIPYROMA SÓDICA 500MG/ML, INJ. 2ML		1,00	Ampola	EV	6/6h				em 150. Repre dor,
3	TRAMADOL 100MG/2ML INJETÁVEL EM 100ml SF 0,9% SC		1,00	Ampola	EV	8/8h		SF 0,9%		administrado 18h
4	RANITIDINA 250MG/ML, INJ. C/2ML		1,00	Ampola	EV	12/12h				02. <i>João Marcos de Sá</i>

Observações Gerais: Preop. OK
Solicitado transferência para RNM

06 medicações bolache
sem efeito. *SE*

Terceira Janela: Proposta de Exame
Médico: JOSE FERREIRA NETO
CNPJ: 05.522.917/0022-02
Confere: (Assinatura)

Assinado eletronicamente por: JOSE FERREIRA NETO
CRM 1558
CPF 096.897.373-68

11/11/2019 08:09:45

(JOSE FERREIRA)

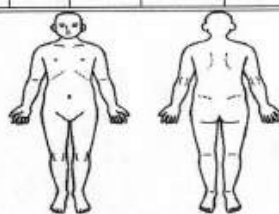
EVOLUÇÃO/ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM
ESCALAS DE AVALIAÇÃO DE RISCO

JOÃO DA CRUZ ROCHA PRONTUÁRIO: IDADE: 44 ENFERMARIA/LEITO: Extra

LAU DE DEPENDÊNCIA DE CUIDADOS: (X)MÍNIMOS () INTERMEDIÁRIOS () SEMI-INTENSIVOS () INTENSIVOS DATA: 14 / 11 / 2019

SINAIS VITAIS						ENTRADAS			SAÍDAS	
A	T	P	R	PA	SAT. O ₂	GLIC. CAP.	HV	HEMO	SONDA/ ORAL	DIURESE
36,2	96	16	130/90							
				100	128/84					
MARCAR ÁREAS LESIONADAS COM "X"										

ALA DE BRADEN:	PONTOS:	CONTROLE:
RECEPÇÃO SENSORIAL (Limitação): sentir/ 2-Muito/ 3-Levemente/ 4-Nenhuma	4	ALTO RISCO AR: <12
MOBILIDADE (Limitação): relaxar/ 2-Muito/ 3-ocasionalmente/ 4-Nenhuma	4	
ATIVIDADE (Limitação): sentir/ 2-Muito/ 3-Levemente/ 4-Nenhuma	4	MEDIO RISCO MR: 12 a 14
NUTRIÇÃO: pobre/ 2-Inadequada/ 3-Adequada/ 4-Excelente	3	BAIXO RISCO BR: > 14
MOBILIDADE E CISCALHAMENTO: sem/ 2-Problema Potencial/ 3-Nenhuma/Problema	3	
CLASSE:	27	CLASSIFICAÇÃO



ALA DE MORSE - RISCO DE QUEDA:	PONTOS:	CONTROLE:
TÓRICO DE QUEDAS: SIM - 25 / NÃO - 0	0	SEM RISCO RC: 0-24
DIAGNÓSTICO SECUNDÁRIO: SIM - 15 / NÃO - 0	0	
USO NA DEAMBULAÇÃO: vivo/ Parado - 30 / Muletas/ Bengala/Andador - 15 / Nenhum/Acamado/Auxílio Profissional/Seguro - 0	0	BAIXO RISCO BR: 25-50
APRIMA ENDOVENOSA: SIM - 20 NÃO - 0	0	
Fraca - 15 / Normal / Sem deambulação - 10 / Andador, cadeira de rodas - 0	0	ALTO RISCO AR: > 51

EVOLUÇÃO / ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM	
1. Estado Mental: (X) Consciente () Torporoso Glasgow:	
2. Locomoção: (X) Deambula () Acamado () Restrito ao leito por orientação () Parestesia () Plegia () Hemiparesia () Déficit Motor	
3. Respiração: (X) Eupnéico () Dispneico () Taquipnéico () QT () Sem O ₂ () Com O ₂ :	
4. Sistema Cardiovascular: () BNR (X) BNF (X) 2T (X) Normocárdico () Taquicárdico () Bradicárdico () Outros:	
5. Dieta: (X) VO () SNE/SNG () SOE/SOG () GTT () NPT () Dieta zero () Boa aceitação () Aceita Parcialmente () Não aceita ()	
6. Abdômen: () Plano () Globoso (X) Distendido () Flácido () Rígido/Tenso () Timpânico () Doloroso () Indolor () Outros:	
7. Pele e mucosas: (X) Normocorado () Hipocorado () Ictérico () Integra () Edema/Anasarca () Hidratado () Lesões Bolhosas () Escoriações () Fendas () LPPs	
8. Hidratação: (X) AVP (X) SD () AVC () Outros:	
9. Drenos: () Suctor () Torácico () DVE () Kher () Penrose () Outros:	
10. Diurese: (X) Espontânea () Dispositivo Urinário () SVD () Anúria (X) Normal () Reduzida () Hematúria () Outros:	
11. Evacuações: () Presentes () Constipado () Diarréia () Melena () Colostomia () Ileostomia () Outros:	
12. Alergias () Não () Sim- Quais: Nega	
<p>As 10:50 paciente segue aguardando transferência para o HPM, consciente, orientada, deambulando com auxílio, mas e respiração satisfatórias. Segue sob os cuidados da equipe de enfermagem. Atualizado Rafael.</p> <p>As 19:22h Pac. consciente, orientada, deambulando com auxílio. Eupnéico. Aceita dieta por via espontânea. Atualizado Rafael.</p>	
<p>Enfermeira COREN: 143471</p>	





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Pedernópolis - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO DA CRUZ ROCHA** (Prontuário: 162524)
Endereço: RUA NONATO MESQUITA, 2637 - ALTO ALEGRE - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 18/05/1975 Idade: 44a6m3d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 751179
Requisição: 1023050 Solicitação: 11/11/2019 Solicitante: ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE BRITO
Controle: 1357991 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204040035

Data Exame: 11/11/2019

OMBRO ESQUERDO

O estudo radiológico do ombro esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.
Os seguintes aspectos observados:

- Fratura cominutiva no corpo lateral da escápula esquerda.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 19/11/2019

ELIANE RODRIGUES MENDES

CPF: 261.144.103-00 CRM-PI 2710
Profissional Responsável

Teresinha Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matrícula: 059234
SAME - HUT
Confere com Original





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO DA CRUZ ROCHA** (Prontuário: 162524)
Endereço: RUA NONATO MESQUITA, 2837 - ALTO ALEGRE - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 16/05/1975 Idade: 44a5m3d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 751179
Requisição: 1023060 Solicitação: 11/11/2019 Solicitante: ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE BRITO
Controle: 1357992 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204040060

Data Exame: 11/11/2019

CLAVICULA ESQUERDA

O estudo radiológico do clavícula esquerda foi realizado nas incidências em pa/perfil.
os seguintes aspectos foram observados:

- Fratura no terço médio da clavícula esquerda.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 19/11/2019

ELIANE RODRIGUES MENDES

CPF: 261.144.103-00 CRM-PI 2710
Profissional Responsável

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matrícula: 056234
SAMS - HUT
Confere com Original
RL



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Pag: 1 de 1

LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO DA CRUZ ROCHA (Prontuário: 162524)**
Endereço: RUA NONATO MESQUITA, 2837 - ALTO ALEGRE - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 16/05/1975 Idade: 44a6m3d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 751179
Requisição: 1023080 Solicitação: 11/11/2019 Solicitante: ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE BRITO
Controle: 1357993 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204030170

Data Exame: 11/11/2019

TORAX PA

O estudo radiológico do tórax foi realizado na incidência PA.
Os seguintes aspectos foram observados:

- CAMPOS PULMONARES DE TRANSPARENCIA NORMAL.
- SEIOS COSTOFRENICOS LIVRES.
- MEDIASTINO SEM ALTERAÇÕES.
- CORAÇÃO E PEDÍCULO VASCULAR DE CONFIGURAÇÃO E DIMENSÕES ANATÔMICAS.
- HILOS DE ASPECTO ANATÔMICO.

OBS.:

- FRATURA COMINUTA NO CORPO LATERAL DA ESCÁPULA ESQUERDA.
- FRATURA NO TERÇO MÉDIO DA CLAVÍCULA ESQUERDA.

(JOÃO ANTONIO)

TERESINA - PI 19/11/2019

ELIANE RODRIGUES MENDES

CPF: 261.144.103-00 CRM-PI 2710
Profissional Responsável

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matrícula: 059234
SAME - HUT
Confere com Original



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 - Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Pag: 1 de 1

LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO DA CRUZ ROCHA** (Prontuário: 162524)
Endereço: RUA NONATO MESQUITA, 2637 - ALTO ALEGRE - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 16/05/1975 Idade: 44a5m26d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 751179
Requisição: 1023061 Solicitação: 11/11/2019 Solicitante: ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE BRITO
Controle: 1357994 Convênio: SUS

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0205020046

Data Exame: 11/11/2019

US DE ABDOME TOTAL

Estudo ultrassonográfico do abdome total realizado com transdutor convexo multifrequencial de alta resolução e foco dinâmico, mostrou:

- Pequena quantidade de líquido livre no espaço de Morison e na goteira parieto-cólica à direita.
- Fígado: com morfologia e dimensões normais e ecogenicidade parenquimatosa dentro dos padrões da normalidade.
- Vesícula biliar: tópica, normodistendida, de paredes finas e regulares, com conteúdo líquido anecóico. Não há imagens de cálculos em seu interior.
- Vias biliares intra-hepáticas e hepatocolédoco: íntegros.
- Pâncreas e Baço com morfologia e dimensões normais, ecotextura dentro dos padrões da normalidade.
- Aorta abdominal e veia cava inferior: sem alterações.
- Rins: com morfologia e dimensões normais. Ecogenicidade parenquimatosa dentro dos padrões da normalidade. Relação córtico-medular preservada. Ausência de imagens de cálculos.
- Retroperitônio: sem alterações.
- Bexiga: normodistendida, com paredes finas e conteúdo líquido anecóico, sem lesões focais.
- Próstata: com dimensões normais, apresentando parênquima homogêneo e relevos capsulares íntegros. Ausência de lesões nodulares focais e difusas.
- Vesículas seminais: anatómicas

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

- Pequena quantidade de líquido livre no espaço de Morison e na goteira parieto-cólica à direita.

Obs: Exame realizado em caráter de Urgência e Emergência sem preparo prévio do paciente, fato que reduz a sensibilidade do método.

LEANDRO

TERESINA - PI 11/11/2019

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes
Matrícula: 058234
SAMB - HUT
Conferência Original

OSVALDO SOARES DE CARVALHO JUNIOR

CPF: 696.958.303-15 CRM-PI 3090
Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1920 Redenção - Fone: 86-3218-5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO DA CRUZ ROCHA (Prontuário: 162524)**
 Endereço: RUA NONATO MESQUITA, 2637 - ALTO ALEGRE - TERESINA - PI CEP: 64000-010
 Nascimento: 16/05/1975 Idade: 44a5m26d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 751179
 Requisição: 1023065 Solicitação: 11/11/2019 Solicitante: ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE BRITO
 Controle: 1358005 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010079

Data Exame: 11/11/2019

T.C. DE CRANIO

TÉCNICA: EXAME FEITO EM TOMÓGRAFO MULT-SLICE, COM RECONSTRUÇÕES AXIAL, SAGITAL E CORONAL.

RELATÓRIO:

- PARÊNQUIMA CEREBRAL E CEREBELAR COM COEFICIENTE DE ATENUAÇÃO DENTRO DA NORMALIDADE.
- AUSÊNCIA DE COLEÇÃO EXTRA-AXIAL.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- CISTERNAS E SULCOS DA CONVEXIDADE SEM ALTERAÇÕES.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO NORMAL.

(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 11/11/2019

OSVALDO SOARES DE CARVALHO JUNIOR

CPF: 696.958.303-15 CRM-PI 3090

Profissional Responsável

Teresa Roquel Pereira de Sousa Lopes
 Matrícula: 959234
 SAME - HUT
 Conferido com Original





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto...: ENCAMINHAMENTO
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDDENHAÇÃO/CNJ.
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

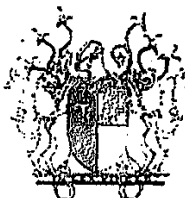
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

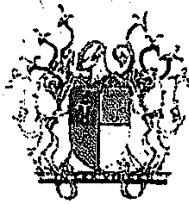
PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação



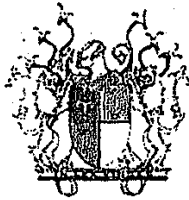


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii)* em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv)* nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v)* a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi)* tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii)* a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix)* em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juízes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

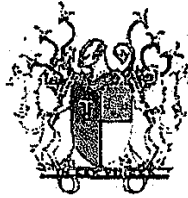
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

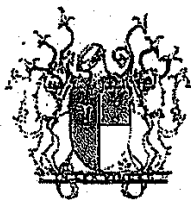
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

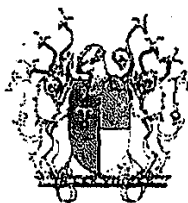
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

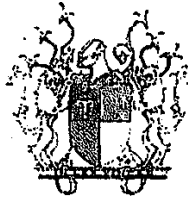
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o subscrito
Parece, de Conselho
Técnico de Engenharia
Civil de Minas G. para
atendimento - que se
necessário, para
o fim de
Tr





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200071486

Vítima: JOAO DA CRUZ ROCHA

Data do Acidente: 11/11/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JOAO DA CRUZ ROCHA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15508182

Pag. 01933/01934 - carta_01 - INVALIDEZ





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 28 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200071486

Vítima: JOAO DA CRUZ ROCHA

Data do Acidente: 11/11/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: NOVA TENTATIVA DE PAGAMENTO

Senhor(a), JOAO DA CRUZ ROCHA

Comunicamos que o banco indicado para recebimento do Seguro DPVAT rejeitou o depósito por problemas nos dados informados e, com isso, não foi possível concluir o seu pagamento.

Para nova tentativa de depósito, será necessário o envio de novo formulário de Autorização de Pagamento com os dados bancários atualizados e devidamente assinado.

O formulário está disponível no nosso site e deverá ser entregue na GENTE SEGURADORA S/A, ponto de atendimento onde o pedido do Seguro DPVAT foi feito.

O prazo de 30 (trinta) dias para pagamento do Seguro PVAT foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber o documento solicitado. Caso não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01465/01466 - carta_25 - INVALIDEZ





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 12 de Março de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200071486

Vítima: JOAO DA CRUZ ROCHA

Data do Acidente: 11/11/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JOAO DA CRUZ ROCHA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos ombros
25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: JOAO DA CRUZ ROCHA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000000029

Conta: 00000280002-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

